

FABRÍCIO VEIGA COSTA

Princípios regentes do
PROCESSO
CIVIL
no Estado Democrático de Direito

Ensaio de uma Teoria Geral do Processo Civil



Copyright © 2019, D'Plácido Editora.
Copyright © 2019, Fabrício Veiga Costa.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa, projeto gráfico
Nathalia Torres
(Imagem via Freepik)

Diagramação
Nathalia Torres

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização prévia
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

<p>COSTA, Fabrício Veiga. Princípios regentes do processo civil no Estado Democrático de Direito: Ensaios de uma Teoria Geral do Processo Civil -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019. 272 p. ISBN: 978-85-60519-83-5 1. Direito. 2. Direito Processual Civil. I. Título.</p> <p>CDD341.46 CDU347.9</p>

D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Sumário

Prefácio	13
Apresentação do Autor	17
Apresentação da Obra	19
1. Introdução: Estado Democrático de Direito	21
2. Processo Constitucional Democrático: da relação jurídica à constitucionalização do processo	35
3. Compreensão Jusfilosófica dos Princípios	59
4. A Importância dos Princípios no Entendimento Sistemático do Direito	65
5. Princípios Regentes do Processo Civil	73
5.1. Contraditório.....	73
5.2. Ampla Defesa.....	95
5.3. Devido Processo Legal.....	100
5.4. Isonomia Processual.....	106
5.5. Indispensabilidade do Advogado.....	114
5.6. Inafastabilidade do Controle Jurisdicional.....	117
5.7. Boa-fé ou Lealdade Processual.....	121
5.8. Cooperação.....	126
5.9. Primazia do Mérito.....	129

5.10. Publicidade	133
5.11. Obrigatoriedade de Fundamentação das Decisões Judiciais.....	136
5.12. Inadmissibilidade de Provas obtidas por meios ilícitos.....	141
5.13. Duplo Grau de Jurisdição.....	145
5.14. Proibição de <i>Reformatio In Pejus</i>	149
5.15. <i>Tantum Devolutum Quantum Apellatum</i>	152
5.16. Juiz Natural.....	157
5.17. Segurança Jurídica.....	161
5.18. Celeridade Processual.....	167
5.19. Economia Processual.....	171
5.20. Efetividade Processual.....	174
5.21. Informalidade.....	178
5.22. Oralidade.....	181
5.23. Simplicidade.....	184
5.24. Máxima Efetividade da Tutela Executiva.....	187
5.25. Execução menos gravosa à pessoa do executado.....	207
5.26. Dignidade Humana no Direito Processual.....	216
5.27. Disponibilidade.....	219
5.28. Taxatividade.....	222
5.29. Identidade Física do Juiz.....	225
5.30. Dialeiticidade.....	227
5.31. Unirecorribilidade.....	230
5.32. Imparcialidade do Juízo.....	232
5.33. Inquisitivo.....	240
5.34. Duração Razoável do Processo.....	243
5.35. Instrumentalidade das Formas.....	249
5.36. Inércia (do dispositivo ou demanda).....	250
5.37. Impulso oficial.....	256
6. Conclusão	259
Referências	261